



Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

Submetemos ao conhecimento dos senhores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Associação Dr. Bartholomeu Tacchini referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo os relatórios dos auditores independentes e parecer do Conselho Fiscal. Somos uma entidade filantrópica, composta por associados membros da comunidade de Bento Gonçalves, com 100 anos completados em 2024, localizada no estado do Rio Grande do Sul. Em 2024, encerramos o ano com 2.044 funcionários ativos que atuam em nossas Unidades de Negócio Hospital Tacchini Bento Gonçalves, Hospital Tacchini Carlos Barbosa, Plano de Saúde Tacchimed, Instituto Tacchini de Pesquisa em Saúde e Residencial Elisa Tramontina. Contamos com um total de 318 leitos nos dois Hospitais, sendo destes 30 leitos de UTI Adulto, 10 leitos de UTI Pediátrica e 10 leitos de UTI Neonatal. Somos referência em alta complexidade para várias cidades da região em oncologia, nefrologia, gestante de alto risco, rede de urgência e emergência e psiquiatria. Tendo atingido, em 2024, 67,11% de prestação de serviços ao SUS. A carteira do plano de saúde encerrou o ano com 61.643 beneficiários, onde apresentou um crescimento de 1,73% em relação ao ano anterior.

Em rede própria atendemos 55% dos serviços hospitalares e ambulatoriais aos beneficiários da operadora. Além disso, estão estruturados serviços próprios, denominados Prevenire e Espaço Bem-Estar, onde são oferecidos aos beneficiários atendimentos com equipe multiprofissional, tais como: Serviço de Fisioterapia e Dor (Reabilitação Neurológica, pós-covid, pacientes crônicos e programa de coluna); Programa de Cirurgia Bariátrica; Pilates; RPG; Serviço de atenção domiciliar e Serviço de Vacinação. Também atuam nas seguintes linhas de cuidados: câncer de mama e colo de útero, tabagismo, diabéticos, pacientes crônicos, atendimentos do Rol para Terapia Ocupacional nutricional, atendimento psicológico, fisioterapêutico, fonoaudiologia e Atendimento médico.

Nossa missão é oferecer soluções integradas em saúde, contribuindo para a qualidade de vida das pessoas, com crescimento sustentável. Os valores que orientam nossas ações são empatia, ética, trabalho em equipe, inovação, excelência e sustentabilidade. Como visão, queremos ser uma instituição focada na promoção, proteção e recuperação da saúde e no bem-estar das pessoas, gerando e incorporando conhecimentos aplicados por equipes de alta performance.

Trabalhamos orientados pelo Estatuto Social da Associação e à Lei Complementar 187/2021 que regulamenta a Filantropia, bem como a Lei

9.656/1998 que regula os planos de saúde. Além das demais legislações inerentes às atividades de saúde.

Temos como compromisso atender a comunidade de Bento Gonçalves e região, e as demais partes interessadas na nossa atividade.

O Tacchini Sistema de Saúde iniciou com a prática do Planejamento Estratégico em 1993, fazendo um olhar das estratégias, metas e objetivos futuros da Instituição para os próximos 05 anos, alinhando as ações com a visão institucional a longo prazo.

Sua elaboração foi feita utilizando-se de ferramentas como as Cinco Forças de Porter e Matriz Swot e Metodologia Ágil. Atualmente o Planejamento Estratégico está inserido em uma central de comando no aplicativo Trello, onde é possível acompanhar o andamento de cada projeto, identificando-os por estratégia, Scrum e Product Owner.

As estratégias são revisadas todos os anos junto à alta gestão. Essa atualização anual do planejamento estratégico proporciona à Instituição um melhor acompanhamento dos projetos definidos como estratégicos pelo Tacchini Saúde, facilitando a tomada de decisão mais assertiva e no momento correto, o que ocasiona um melhor controle de custos e investimentos, além de uma melhoria na qualidade e eficiência dos serviços prestados.

O planejamento em curso tem como foco a consolidação do projeto de expansão, através da ativação de novas estruturas, utilizando o menor volume possível de capital oneroso de terceiros. Em 2025 serão inauguradas as novas unidades de Diagnósticos e Hospital-Dia no empreendimento Medical Center de Bento Gonçalves, bem como a nova unidade de UTI Pediátrica em fase de implantação em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

A Associação possui um modelo de governança consolidado e com a participação muito atuante de todos os membros do Conselho de Administração e associados dentro de comissões de apoio, com reuniões periódicas ao longo do ano. Isso favorece a transparência no processo de tomada de decisão em nosso sistema de saúde. As comissões são as seguintes: Comissão de Finanças; Comissão Integrada do Tacchimed; Comissão de Relações Institucionais; Comissão de Vendas; Comissão de Obras; Comissão de Captação de Recursos Privados; Comissão Jurídica e Comissão de Clientes.

O modelo de governança garante o processo de sucessão de forma ordenada e organizada, onde, para um associado se candidatar ao conselho precisa ter no mínimo quatro anos como integrante da Associação. Já, se eleito para o cargo de segundo vice-presidente passa quatro anos acompanhando o Presidente e primeiro-vice antes de assumir a Presidência. Ou seja, um associado para assumir o cargo de presidente do conselho de administração precisa ter ingressado no quadro de sócios, no mínimo, há oito anos e permanecerá no Conselho de Administração após o mandato de presidente por mais oito anos. Atualmente os associados são todos empresários da cidade de Bento Gonçalves.

Em atenção a RN 594/2024, a Associação declara que no exercício de 2024 não ocorreram operações suspeitas que devessem ser informadas ao Conselho

de Controle de Atividade Financeiras – COAF, conforme determina o inciso III do artigo 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Neste ano foram captadas R\$ 4,64 milhões de emendas parlamentares federais e estaduais, sendo todo este recurso destinado a atividades relacionados ao SUS, foram aplicados R\$ 0,91 milhões em investimentos e R\$ 3,73 milhões em custeio de serviços prestados ao SUS.

No Hospital do Tacchimed, em 2024 foram inaugurados a nova unidade de Fisioterapia, bistrô operado com terceiros e área de relacionamento com clientes do Financeiro. Além disso, há mais quatro loja em processo de locação. No segundo andar, em parceria com a Univates de Lajeado-RS e por ela operado, a faculdade de medicina já está toda implantada e aprovada nas instâncias técnicas, aguardando liberação do Ministério da Educação e Cultura para seu funcionamento.

Neste ano avançamos muito na busca para sermos um Hospital 100% digital, contando com a implantação de uma plataforma integradora de dados que nos permite conectar com qualquer tipo de tecnologia e aplicativos que aumentando muito nossa capacidade de novas soluções

No exercício, o planejamento orçamentário operacional foi afetado pelos seguintes fatores: 1) restrita possibilidade de repasses para preços dos aumentos de insumos e mão de obra e 2) As tabelas de preços do Sistema Único de Saúde continuam sem reajuste; 3) Ampliação do Rol da ANS e judicialização de alguns tratamentos, com impacto nas despesas assistenciais;

No que se refere à sinistralidade, embora pressionada pela ampliação do rol e judicialização foi possível manter no mesmo patamar do ano anterior sem variação muito significativa. Fechamos 2024 com um índice de 76,41%, ante o ano anterior que foi 76,11%. Quando comparada a média de mercado do segmento filantrópico, que até o 3º trimestre/2024 apresentava um índice de 80,4%, nosso desempenho é superior.

Os nossos investimentos, R\$ 15,4 milhões em 2024, sendo R\$ 8,6 milhões destinados para as obras do novo Hospital e outras benfeitorias e R\$ 6,8 milhões investidos, principalmente, em equipamentos médico-hospitalares e instrumentais cirúrgicos.

O Tacchini Sistema de Saúde opera com dois hospitais acreditados, o Hospital Tacchini Carlos Barbosa e o Hospital Tacchini Bento Gonçalves com ONA Nível III, tendo este último sido o primeiro hospital do Rio Grande do Sul a atingir este nível em 2009. Estamos ainda, de acordo com o Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), entre as operadoras de planos de saúde mais qualificadas do país, de acordo com a ANS, com nota 0,7663 referente ao ano-base 2024 em um ranking que vai de 0 a 1.

O tema crescimento sustentável, tratado na nossa missão, abrange o sentido amplo da palavra e contempla a área social, ambiental e econômica. Na responsabilidade social desenvolvemos projetos para melhorar a qualidade de vida da população regional, tais como: pesquisa sobre fatores de risco do câncer;

rastreamento de câncer colorretal em pacientes acima de 60 anos; projeto “Bento +20” que planejou a saúde da cidade para os próximos 20 anos. A sustentabilidade econômica vem de uma estratégia implementada há 44 anos com a criação de um plano de saúde próprio: o Tacchimed. Além disso, as medidas constantes na busca de eficiência e melhoria no processo de aquisição de insumos.

Na área ambiental, O Tacchini Sistema de Saúde realiza a gestão de resíduos sólidos através da implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde – PGRSS, que tem como objetivo realizar a completa gestão dos resíduos gerados. Este sistema compreende a classificação, segregação, armazenamento interno, coleta interna e externa, tratamento e disposição final dos resíduos.

O Hospital Tacchini foi um dos pioneiros no estado do Rio Grande do Sul no tratamento de efluentes, instalando no ano de 2002 a Estação de Tratamento de Efluentes com capacidade operacional de 175 m³/dia. Todo o efluente gerado na instituição é tratado e destinado na rede pública obedecendo aos parâmetros contidos na resolução do CONSEMA nº 355/2017.

Além disso, foi implementado o coprocessamento de resíduos recicláveis sem valor comercial, transformando-os em Combustível Derivado de Resíduos (CDR) para uso na indústria cimenteira, reduzindo CO₂ e eliminando resíduos. Entre junho de 2023 e junho de 2024, foram destinadas 17,6 toneladas de resíduos para esse processo.

No Hospital Tacchini Carlos Barbosa e Residencial Elisa Tramontina o tratamento de efluentes iniciou no ano de 2020, com a instalação de uma Estação de Tratamento de Efluentes compacta, com capacidade de 24 m³/ dia. A opção por este sistema foi baseada na caracterização do efluente que é sanitário e também devido a automatização da operação, o efluente tratado é descartado na rede pública com os seus parâmetros atendendo as legislações.

O tratamento de efluentes garante a qualidade de vida para a população, redução de proliferação de doenças e a preservação do meio ambiente.

O Hospitais Tacchini e São Roque realizam a compra de energia elétrica através do mercado livre de energia. A energia utilizada é certificada como energia limpa e renovável, ou seja, nenhuma energia proveniente de queima ou combustão é adquirida. O objetivo é reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa, contribuindo com a preservação do meio ambiente.

No Hospital Tacchini Carlos Barbosa, foi instalada uma usina fotovoltaica em 2022, com 108 placas solares gerando 7.000 kWh mensais. De junho de 2023 a junho de 2024, foram produzidos 61.743 kWh, representando 13% do consumo e economizando R\$ 42.984, além de reduzir 2,3t de CO₂ na atmosfera. Essas ações reforçam o compromisso do hospital com a sustentabilidade.

Os planos estratégicos para 2025 na operadora prevêm um crescimento de 2000 (duas mil) vidas no ano, representando 3,2% de crescimento da carteira, através de lançamento de novos produtos. Também as ações visam a

recomposição do capital de giro, através da recuperação da margem operacional.

Cordialmente,

ANTÔNIO MASSIGNAN
Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL
ATIVO

Exercícios findos em:	NE	Em R\$	
		Exercícios:	
		31.12.2024	31.12.2023
Ativo			
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>		<u>95.334.132,08</u>	<u>88.743.127,38</u>
Disponível	4	1.707.883,12	8.094.233,42
Realizável		93.626.248,96	80.648.893,96
Aplicações Financeiras		35.586.983,30	29.987.055,24
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		12.118.106,17	11.306.720,36
Aplicações Livres		23.468.877,13	18.680.334,88
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		22.546.437,21	21.071.816,27
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	5	22.295.731,83	20.834.071,51
Participações de Beneficiários em Eventos/Sini Indenizáveis	5	250.705,38	237.744,76
Créd Oper Assist à Saúde NÃO Relac c/ Planos Saúde Oper.	6	16.937.865,17	15.050.854,46
Créditos Tributários e Previdenciários		170.737,14	4.172,45
Bens e Títulos a Receber	7	18.046.327,60	14.283.604,22
Despesas Antecipadas		337.898,54	251.391,32
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>		<u>216.280.679,83</u>	<u>186.966.725,31</u>
Realizável a Longo Prazo		15.798.446,49	20.959.251,85
Títulos e Créditos a Receber	9	1.759.246,49	19.859.779,87
Depósitos Judiciais e Fiscais	8	1.545.792,65	1.099.471,98
Outros Créditos a Receber de Longo Prazo	10	12.493.407,35	-
Investimentos		524.512,19	353.983,02
Outros Investimentos		524.512,19	353.983,02
Imobilizado	11	197.570.334,68	163.222.002,22
Imóveis de Uso Próprio		137.600.494,92	109.687.600,07
Imóveis - Hospitalares/Odontológicos		137.600.494,92	109.687.600,07
Imobilizado de Uso Próprio		32.412.268,64	33.084.921,46
Imobilizado - Hospitalares/Odontológicos		32.412.268,64	33.084.921,46
Imobilizações em Curso		24.638.279,61	16.043.768,33
Outras Imobilizações		1.365.275,79	1.388.373,90
Direito de Uso de Arrendamentos		1.554.015,72	3.017.338,46
Intangível	12	2.387.386,47	2.431.488,22
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		<u>311.614.811,91</u>	<u>275.709.852,69</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANTONIO MASSIGNAN
 Presidente
 CPF – 200.935.270-04

ARILDO NADAL
 Contador - CRC/RS 55.579
 CPF - 679.628.150-00

BALANÇO PATRIMONIAL
PASSIVO

<u>Exercícios findos em:</u>	<u>NE</u>	Em R\$	
		<u>Exercícios:</u>	
		31.12.2024	31.12.2023
<u>PASSIVO</u>			
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>		<u>88.107.099,42</u>	<u>84.645.925,94</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	22.080.366,01	19.306.804,83
Provisão de Prêmios /Contraprestação		7.283.107,06	6.861.812,56
Provisão de Prêmios /Contraprestação Não Ganha - PPCNG		7.283.107,06	6.861.812,56
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		368.122,72	289.320,29
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar p/ Outros Prestadores Serv. Assistenciais		8.683.133,06	7.156.541,78
Provisão para Eventos /Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		5.746.003,17	4.999.130,20
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		2.725.836,86	2.429.683,77
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		2.204.731,97	2.003.104,26
Comercialização sobre Operações		102.268,54	74.986,94
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência Saúde		418.836,35	351.592,57
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	14	6.560.635,23	6.065.007,66
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	4.612.292,39	3.980.279,89
Débitos Diversos	16	52.127.968,93	52.864.149,79
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>		<u>80.487.087,05</u>	<u>54.921.939,32</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		1.205.767,13	1.135.002,56
Provisão de Eventos/ Sinistros a Liquidar para SUS	13	1.205.767,13	1.135.002,56
Provisões		6.640.463,06	7.598.321,38
Provisões para Ações Judiciais	17	6.640.463,06	7.598.321,38
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	13.176.133,51	14.676.535,16
Débitos Diversos	16	59.464.723,35	31.512.080,22
Patrimônio Social		143.020.625,44	136.141.987,43
Patrimônio Social	18	132.336.987,43	123.086.215,21
Reservas		3.805.000,00	3.805.000,00
Reservas de Reavaliação		3.805.000,00	3.805.000,00
Superávits/Déficits Acumulados		6.878.638,01	9.250.772,22
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>		<u>311.614.811,91</u>	<u>275.709.852,69</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANTONIO MASSIGNAN
 Presidente
 CPF – 200.935.270-04

ARILDO NADAL
 Contador - CRC/RS 55.579
 CPF - 679.628.150-00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

Exercícios findos em:		Em R\$	
		Exercícios:	
		31.12.2024	31.12.2023
	NE		
Contraprestações Efetivas /Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		297.438.281,31	273.754.346,67
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	19	297.438.281,31	273.754.346,67
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos		297.436.068,03	273.717.396,89
Variação das provisões técnicas de Operações de Assistência a Saúde		2.213,28	36.949,78
Eventos Indenizáveis Líquidos /Sinistros Retidos	20	(227.275.911,31)	(208.341.717,51)
Eventos/ Sinistros Conhecidos ou Avisados		(226.529.038,34)	(207.686.915,36)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(746.872,97)	(654.802,15)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES C/ PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		70.162.370,00	65.412.629,16
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assist. à Saúde		3.609,53	60.699,15
Receitas de Assist. à Saúde NÃO Relac. c/ Planos de Saúde da Operadora	21	152.404.963,97	140.194.645,65
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		70.484.874,06	62.787.015,80
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS)		79.913.156,60	73.156.338,96
Outras Receitas Operacionais		2.006.933,31	4.251.290,89
Outras Despesas de Operações com Plano de Assist. a Saúde		(1.053.381,33)	(1.660.574,14)
Outras Despesas de Operações de Plano de Assist. a Saúde		(360.366,50)	(553.502,61)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(693.014,83)	(1.107.071,53)
Outras Desp. Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	22	(193.720.716,32)	(178.879.042,74)
RESULTADO BRUTO		27.796.845,85	25.128.357,08
Despesas de Comercialização		(2.630.063,39)	(2.197.174,11)
Despesas Administrativas	23	(24.927.422,20)	(20.667.391,94)
Resultado Financeiro Líquido		2.501.283,59	3.407.545,21
Receitas Financeiras	24	6.326.236,95	8.325.126,98
Despesas Financeiras	24	(3.824.953,36)	(4.917.581,77)
Resultado Patrimonial		4.137.994,16	3.579.435,98
Receitas Patrimoniais		4.190.650,53	3.766.101,47
Despesas Patrimoniais		(52.656,37)	(186.665,49)
Resultado Antes dos Impostos e Participações		6.878.638,01	9.250.772,22
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		6.878.638,01	9.250.772,22
% Resultado Líquido		1,53%	2,23%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANTONIO MASSIGNAN
 Presidente
 CPF – 200.935.270-04

ARILDO NADAL
 Contador - CRC/RS 55.571-0
 CPF - 679.628.150-00

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - DRA

	<u>Em R\$</u>	<u>Em R\$</u>
Contas	31.12.2024	31.12.2023
Superávit do Exercício	6.878.638,01	9.250.772,22
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	6.878.638,01	9.250.772,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANTONIO MASSIGNAN
Presidente
CPF – 200.935.270-04

ARILDO NADAL
Contador - CRC/RS 55.579
CPF - 679.628.150-00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPL

Contas	Em R\$			
	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIÇÃO	SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldos em 31/12/2022	108.950.640,40	3.805.000,00	14.135.574,81	126.891.215,21
Incorporação ao Patrimônio Social	14.135.574,81	-	(14.135.574,81)	-
Superávit do Exercício	-	-	9.250.772,22	9.250.772,22
Saldos em 31/12/2023	123.086.215,21	3.805.000,00	9.250.772,22	136.141.987,43
Incorporação ao Patrimônio Social	9.250.772,22	-	(9.250.772,22)	-
Superávit do Exercício	-	-	6.878.638,01	6.878.638,01
Saldos em 31/12/2024	132.336.987,43	3.805.000,00	6.878.638,01	143.020.625,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANTONIO MASSIGNAN
Presidente
CPF – 200.935.270-04

ARILDO NADAL
Contador - CRC/RS 55.579
CPF - 679.628.150-00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC
Pelo Método Direto

Exercícios findos em:	Em R\$	
	Exercícios:	
	2024	2023
	31.12.2024	31.12.2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimentos de Planos de Saúde	307.143.620,00	283.122.900,00
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	240.366.161,69	182.879.257,87
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	2.801.380,00	5.058.069,31
(+) Outros Recebimentos Operacionais	144.900.215,01	130.997.789,23
(-) Pagamento a Fornecedores/Prest. Serviço Saúde	(203.224.590,00)	(180.640.680,00)
(-) Pagamento de Comissões	(3.279.892,27)	(2.580.163,58)
(-) Pagamento de Pessoal	(182.733.510,00)	(156.341.660,00)
(-) Pagamento de Serviços de Terceiros	(37.109.323,19)	(39.732.346,95)
(-) Pagamento de Tributos	(6.065.050,00)	(6.401.090,00)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(7.399.380,00)	(3.339.770,00)
(-) Pagamento de Aluguel	(221.164,45)	(425.635,45)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(81.772,37)	(1.107,60)
(-) Aplicações Financeiras	(237.769.089,92)	(184.653.788,22)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(8.888.620,00)	(3.675.320,00)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.438.984,50	24.266.454,61
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hosp.	(11.547.870,00)	(35.406.830,00)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(11.547.870,00)	(35.406.830,00)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Recebimento - Empréstimos/Financiamentos	2.308.000,00	845.000,00
(+) Outros Recebimentos da Ativ. De Financiamento	-	-
(-) Pagamento de Juros - Empr./Financ./Leasing	(1.961.392,77)	(1.763.880,00)
(-) Pqto. Amortização - Empr./Financ./Leasing	(3.624.072,03)	(8.951.890,00)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3.277.464,80)	(9.870.770,00)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(6.386.350,30)	(21.011.145,39)
CAIXA – Saldo Inicial	8.094.233,42	29.105.378,81
CAIXA - Saldo Final	1.707.883,12	8.094.233,42
Ativos Livres no Início do Período	8.094.233,42	29.105.378,81
Ativos Livres no Final do Período	1.707.883,12	8.094.233,42
Aumento/(diminuição) nas Aplic.Financ. - RECURSOS LIVRES	(6.386.350,30)	(21.011.145,39)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANTONIO MASSIGNAN
 Presidente
 CPF – 200.935.270-04

ARILDO NADAL
 Contador - CRC/RS 55.579
 CPF - 679.628.150-00

ASSOCIAÇÃO DR. BARTHOLOMEU TACCHINI
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO DR. BARTHOLOMEU TACCHINI (“Associação”) é uma entidade hospitalar, fundada em 20 de setembro de 1924, com sede em Bento Gonçalves – RS, proprietária do Hospital Dr. Bartholomeu Tacchini tem por objeto social operacionalizar plano de saúde próprio; manter e administrar hospitais no Município ou fora dele e outros estabelecimentos afins; prestar assistência médico-hospitalar aos doentes de acordo com suas características assistenciais, obedecendo ao princípio da universalidade do atendimento; realizar ações voltadas à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social na área da saúde; realizar pesquisas em saúde e implantar e manter programa de residência médica e multiprofissional na forma das regulamentações pertinentes.

Para a realização de seus objetivos sociais, a Associação poderá celebrar convênio, parceria e contratos de gestão com Entidades de direito público ou privado compatíveis com suas finalidades, exercer atividades relativas à operação de assistência à saúde, bem como ações necessárias à prevenção da doença e à recuperação, manutenção e reabilitação da saúde, utilizando-se de rede própria, contratada ou credenciada.

Poderá ainda desenvolver atividades relacionadas à segurança e medicina do trabalho visando a proteção da integridade física dos trabalhadores, à promoção da saúde, prestar serviços técnicos e de assessoria na área da saúde.

O Plano de Saúde Tacchimed está devidamente estruturado conforme legislação vigente, Lei nº 9.656/98, e registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob nº 34.255-6.

1.1 Imunidades Tributárias

Os valores usufruídos derivados do referido direito constitucional, fruto das contribuições sociais: Cofins, CSLL, Cota patronal e terceiros, bem como o PIS, não recolhidos ao Estado são demonstrados como se devidos fossem na nota explicativa 25.

A Associação também é regulada pela Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre certificação das entidades beneficentes de assistência social, no que tange aos procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da CF/88, tendo esta indicação, demonstrada em seu Art. 3º, de que entidades beneficentes que atuem nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, certificadas nos termos desta Lei Complementar, farão jus a imunidade tributária § 7º do art. 195 da CF/88.

Nos termos da citada Lei Complementar, o Certificado das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) e as imunidades de contribuições para a seguridade social serão concedidas às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social com a finalidade de prestação de

serviços nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e que atendam ao disposto nesta Lei.

Para ter direito a imunidade a pessoa jurídica deve, dentre outros, atender os seguintes requisitos:

I. Apresentar certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como comprovação de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

II. Conservar, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;

III. Prevejam, em seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas.

Adicionalmente, nos termos do regulamento, para ser considerada beneficente e fazer jus à certificação, a Associação deverá, alternativamente:

I. prestar serviços ao SUS;

II. prestar serviços gratuitos;

III. atuar na promoção à saúde.

IV. Ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS;

Esta nova Lei Complementar, revogou a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e foi regulamentada pelo Decreto 11.791/2023

A imunidade tributária da Associação também é garantida nos termos do artigo 14 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966).

Em cumprimento ao artigo 14 da Lei nº 5.172/1966, a Associação:

I. Não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II. Aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III. mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

A Associação declara estar em conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como do órgão regulador ANS.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que compreendem a legislação societária, as orientações, interpretações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quando referendadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

As demonstrações financeiras obedecem à classificação contábil prevista na Resolução Normativa ANS 528/2022 e foram elaboradas de acordo com as especificações do tópico 6 - Demonstrações Financeiras do Capítulo I - Normas Gerais e Capítulo III - Modelo de Publicação, desta norma. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Associação na sua gestão.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Associação na sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras teve como objetivo essencial traduzir nas estruturas das demonstrações financeiras, as principais e fundamentais características quantitativas e qualitativas, notadamente, a Relevância, a Materialidade, a Comparabilidade, a Tempestividade e a Compreensibilidade.

A Associação apresenta também, na nota explicativa nº 26, a Demonstração do Resultado do Exercício, observando os critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento e de estruturação, contendo informações mínimas para fins de divulgação, conforme previsto na Resolução CFC nº 1.409/2012, que aprovou o ITG 2002 (R1) - Associação sem Finalidade de Lucros.

b) Continuidade

A Associação não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional.

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

d) Autorização para emissão e divulgação

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Superintendência Executiva juntamente com o conselho Fiscal em 26 de fevereiro de 2025.

e) Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Administração e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os

valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 3 “e”, 3 “f” e 3 “g”

- Provisão de Depreciação/Amortização - reconhecimento e mensuração conforme custo de aquisição e calculado pelo método linear;
- Provisão Para Perda Por Redução ao Valor Recuperável de Ativos - reconhecimento de possíveis perdas de unidades geradoras de caixa deficitárias, conforme CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

Nota explicativa nº 3 “i”:

- Provisão para perdas sobre créditos - reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.

Nota explicativa nº 13:

- Provisões para eventos a liquidar para o SUS - reconhecimento e mensuração do passivo relacionado a eventuais atendimentos de seus beneficiários no Sistema Único de Saúde.
- Provisões para eventos ocorridos e não avisados (PEONA e PEONA SUS) - reconhecimento e mensuração de passivos relacionados aos custos assistenciais que ainda não foram informados pelos prestadores de serviços.

Nota explicativa nº 17:

- Provisões para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências com base nas perdas prováveis estimadas de saída de recursos.

f) **Moeda funcional e de apresentação**

Apresentadas em moeda corrente nacional, denominada Real que é a moeda funcional da Associação.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Associação aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Disponível

Disponíveis são os saldos denominados caixa e equivalentes de caixa que incluem caixa, banco conta depósito e aplicações financeiras de liquidez imediata, com vencimentos originais em até três meses, com risco insignificante de mudança de valor e que visam a atender compromissos de curto prazo.

b) Aplicações financeiras

Incluem aplicações financeiras resgatáveis no prazo contratado e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são apresentadas como ativo circulante, exceto aquelas com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

As aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas estão destinadas a cobrir os riscos assistenciais, caso estes se traduzam em despesas. Os recursos aplicados nesses ativos obedecem aos limites percentuais pré-definidos pela ANS, bem como a aceitação, a diversificação e porte da operadora de plano de saúde, de acordo com a sua natureza e riscos inerentes. As aplicações financeiras garantidoras são classificadas em curto prazo.

As demais aplicações financeiras, livres de vinculação exigida pela ANS, estão representadas substancialmente por valores mantidos em títulos de renda fixa e fundos de investimento que priorizam a segurança e liquidez nos investimentos, tendo como premissa a aplicação desses recursos em Instituições de primeira linha.

c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal e deduzidos da provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa, após análise individual efetuada pela Administração.

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde têm sua contrapartida segregada da seguinte forma:

Preços preestabelecidos: Transitam pela conta de Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG), no passivo circulante e, posteriormente, para a conta de receita de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde, de acordo com o período de cobertura do risco.

Os valores eventualmente recebidos antes do período de cobertura estão registrados no passivo circulante, em conta específica de obrigações de contraprestações recebidas antecipadamente.

d) Bens e Títulos a receber

Os créditos com bens e títulos a receber são operações mensuradas no curto prazo para registrar operações de aquisições de estoques, adiantamentos a funcionários e fornecedores, aluguéis a receber e cheques e ordens a receber.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção e estão demonstrados já deduzidos da depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado inclui também os gastos diretamente atribuíveis a aquisição dos itens e podem incluir os custos dos empréstimos com aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação.

A Associação capitaliza os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo.

Caso o empréstimo não seja destinado integralmente ao ativo qualificável, a Associação capitaliza os custos na proporção utilizada para o ativo qualificável.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício que ocorreu a transação.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo que os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada balanço, e ajustados se necessário.

Em conformidade com o laudo emitido internamente, a taxa média de depreciação dos ativos imobilizados ao ano corresponde a:

Conta	<u>% Médio/Ano</u>
Aparelhos, máquinas e equipamentos hospitalares	10,60
Benfeitoria em propriedade de terceiro	12,00
Benfeitoria em propriedade própria	7,29
Edifícios	5,90
Instrumental Cirúrgico	10,28
Móveis e utensílios	11,43
Tecnologia da Informação – equipamentos	15,00
Veículos	13,99

f) Intangíveis

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Associação são mensurados pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Tais custos podem ser mensurados com segurança e confiabilidade e resultam de direitos contratuais ou de outros direitos legais. A administração também julga como provável que os benefícios econômicos futuros, esperados e atribuíveis ao ativo, serão gerados em favor da Associação.

A Associação, na data das demonstrações financeiras, avalia a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros dos ativos classificados como intangíveis, utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representam a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Quando os valores esperados não se realizam a Associação constitui uma provisão de perda pela parcela não realizada e revê anualmente a expectativa de rentabilidade futura. Caso se verifique que esse ativo não gerará benefício econômico futuro, caberá à administração a decisão pela baixa.

(ii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, sendo que os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço, e ajustados se necessário. Em conformidade com o laudo emitido internamente, a taxa média de amortização do intangível ao ano corresponde a:

Conta	% Médio/Ano
Tecnologia da Informação – software	12,08

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em UGC's (Unidades Geradoras de Caixa), dessa forma, a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor da UGC exceder o seu valor recuperável.

h) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos e mensurados de acordo com os requerimentos do CPC 48 conforme estabelece a RN 528/2022. De acordo com o CPC 48, a classificação dos ativos financeiros deve ser realizada através de uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais e do respectivo modelo de negócios para a gestão desses ativos.

As três categorias para classificação dos ativos financeiros são: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao custo amortizado e referido em cada dos instrumentos listados na sequência.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros não derivativos compreendem disponível, aplicações financeiras, créditos de operações com planos de assistência à saúde e créditos de operações assistenciais à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora.

Reconhecimento inicial e desreconhecimento

A Associação reconhece seus recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Disponível

São classificadas como disponível, as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor se, e somente se, existirem indicativos reais de que serão destinados a atender a compromissos de caixa de curto prazo. Usualmente, o fluxo de caixa da Associação movimentada os recursos diários originados na própria operação. Contudo, em alguns períodos do mês necessita resgatar parte das aplicações financeiras, devido a concentração de obrigações em determinadas datas e parte dos recebíveis com fluxo de ingresso ao final do mês. Esses resgates para a operação são repostos ao final do mês ou, no máximo, no mês seguinte.

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros são designados como valor justo por meio do resultado, se a Associação gerenciar esses investimentos e tomar decisões de compra e venda com base no seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de riscos. Os ativos financeiros ao valor justo, por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e as alterações nele contidas são reconhecidas no resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros são avaliados para determinar a existência de evidência de perda na data de elaboração das demonstrações financeiras. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas apenas se houver evidência objetiva de que o valor tenha diminuído como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial, afetando os fluxos de caixa futuros estimados para esse ativo.

As demonstrações financeiras incluem também estimativas e premissas, revisadas de forma contínua pela Administração, considerando a mensuração de Provisões para perdas sobre créditos (PPSC) adotando os critérios estabelecidos pela ANS, na RN528-2022, item 10.2.3 do Anexo Capítulo 1 - Normas Gerais

I. Planos de saúde individuais com preço preestabelecido: havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato, há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.

II. Para todos os demais planos de saúde: havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato, há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.

III. Para os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da própria operadora: havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato, há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada, exceto relacionados ao Instituto de Previdência do Estado do RS - IPE.

IV. para os créditos de operações de assistência à saúde relacionados ao IPE: É provisionado todo o valor em aberto a mais de 150 (cento e cinquenta) dias em relação aos créditos a receber. O IPE audita os prontuários de aproximadamente 30% das contas

apresentadas. Para as contas selecionadas para auditoria, a autarquia nos concede prazo de 30 (trinta) dias para entrega das contas. Por sua vez, a equipe de auditoria dos mesmos tem prazo de 60 (sessenta) dias para revisar as referidas contas. Somente após este prazo, as contas iniciam a contagem de prazo de pagamento usual do IPE que é de 60 (sessenta) dias. Considerando que o prazo normal de vencimento deste convênio é de 60 (sessenta) dias e adicionados aos 90 (noventa) dias, o prazo total fica em 150 (cento e cinquenta) dias. Por este motivo, constituímos PPSC para estes créditos somente após este prazo em virtude de não estarem vencidos pela regra do convênio.

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial, desreconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação quando a Associação se torna parte da relação contratual do instrumento. Os passivos financeiros, são mensurados pelo custo amortizado as alterações nele contidas, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidas no resultado. Outros passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo menos os custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados ao custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros da Associação são classificados como Débitos de operações de assistência à saúde relacionadas e não relacionadas com planos de saúde, débitos diversos e empréstimos. A Associação desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são finalizadas, canceladas ou expiram.

i) Apuração do resultado

As receitas com operação de assistência à saúde são provenientes de uma transação geralmente acordada entre a Associação e o comprador ou usuário do ativo e é mensurado pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações concedidos pela Associação ao comprador.

Demais receitas e despesas das operações são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência.

Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora: as receitas são originárias, principalmente, de prestação de serviços médico-hospitalares realizados nas unidades hospitalares da Associação ao Sistema Único de Saúde - SUS e a convênios diversos, sejam eles próprios ou credenciados.

Eventos/Sinistros conhecidos ou avisados: são todas as despesas incorridas com o beneficiário do plano comercializado ou disponibilizado pela Associação, correspondentes à cobertura de riscos relativos a custos médico-hospitalares, decorrentes do atendimento dos beneficiários.

Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da operadora:

Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da Associação, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da Provisão para eventos/sinistros

ocorridos e não avisados (PEONA). O cálculo dessa provisão é apurado conforme metodologia definida por atuário legalmente habilitado, em nota técnica atuarial de provisões (NTAP), devidamente aprovada pela DIOPE/ANS.

A contabilização da despesa pelo atendimento em rede própria da Associação ocorre de acordo com o critério utilizado pela Associação para o rateio dos custos da rede assistencial própria, conforme nota explicativa nº 29.

j) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas nas contas de resultado de Incentivos Governamentais e demais Incentivos públicos quando há razoável segurança de que foram cumpridas pela Associação todas as condições estabelecidas pelo doador (Governo ou terceiro) em contrapartida aos repasses de recursos ou concessão de benefícios. Os valores são registrados como receita para confrontar com a despesa que a subvenção ou incentivo governamental teria incorrido ou que pretende compensar em conformidade com a NBC TG 07(R2), que diz respeito à subvenção e assistência governamentais.

As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, bem como suas respectivas despesas foram registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da Associação.

k) Outros ativos e passivos

Demonstrados pelo valor nominal acrescido, quando aplicável, dos encargos correspondentes e das variações monetárias incorridas. Os ativos e passivos são classificados como Circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como Não Circulante.

l) Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais, medicamentos e insumos para serem utilizados nas operações dos hospitais e serviços próprios da Associação, e estão divulgados como Bens e títulos a receber. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado, sendo avaliado com base no custo histórico para formação do valor consumido, acrescido também dos gastos com transporte e impostos incidentes. A Associação realiza procedimento anual de análise da obsolescência dos estoques, bem como realiza controle recorrente da validade dos medicamentos, excluindo-os e baixando-os do estoque, quando estimado necessário.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: a Associação tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado; for provável que será necessária uma saída de recurso que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

(i) Provisão para ações judiciais

Estão relacionadas ao reconhecimento de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e são constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos internos e externos, e a avaliação da Administração sobre a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores da mesma complexidade e o posicionamento dos tribunais; sempre

que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas, e os classificados como perda remota não são reconhecidos nem divulgados nas demonstrações financeiras.

(ii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

PEONA: A Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já tenham ocorridos e que não tenham sido avisados a operadora e, conseqüentemente, não registrados contabilmente. O cálculo atuarial realizado preparado por consultoria externa, é realizado com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses e, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

PEONA-SUS: A Provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados - SUS é calculada a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados de beneficiários do plano que utilizaram o SUS. Esta estimativa é fornecida mensalmente pela ANS.

PESL: A Provisão de Eventos a Liquidar é constituída com montante de eventos/sinistros já ocorridos e avisados, mas que ainda não foram pagos pela operadora e deverá ser constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, bruto de qualquer operação de resseguro, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.

PPCNG: Provisão de prêmio/contraprestação não ganha é uma provisão referente à parcela de prêmio/contraprestação cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu, ou seja, ainda decorrerá. A Associação primeiramente registra as contraprestações no passivo circulante e, posteriormente, para a conta de receita de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde, de acordo com o período de cobertura do risco já decorrido naquele mês *pro rata dia*.

n) Demonstração de Fluxo de Caixa

A elaboração do fluxo de caixa, para fins de publicação, está demonstrada pelo método direto. A conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais pelo Método Indireto ocorreu e foi demonstrado, separadamente na nota explicativa nº 28.

o) Critério utilizado pela operadora para rateio dos custos da rede assistencial própria

A Associação possui rede assistencial (ambulatórios, consultórios, hospitais etc.) em sua estrutura patrimonial, operando no mesmo CNPJ. Para apropriação dos custos incorridos com os atendimentos dos beneficiários do plano de saúde, utiliza um sistema de custeio que permite a apuração dos custos unitários dos serviços prestados e aloca à despesa assistencial em rede própria pela quantidade de serviços prestados aos mesmos, no mês.

p) Adoção de alterações e de novos pronunciamentos contábeis

(i) Outras alterações ou novos pronunciamentos contábeis

A Associação aplicou as seguintes alterações às IFRS com adoção obrigatória para o exercício anual iniciado em 1º de janeiro de 2024, as quais não resultaram em qualquer impacto material nas divulgações das demonstrações financeiras:

- Alterações à IAS 7 (CPC 03) — Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores;
- Alterações à IAS 1 (CPC 26) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes.
- Alterações à IAS 1 (CPC 26) — Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants;
- Alteração à IFRS 16 (CPC 06) — Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”;

(ii) Normas novas e revisadas ainda não vigentes

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Associação optou por não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida. A seguir serão listadas as IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

- Alterações à IAS 21 (CPC 02) Falta de Conversibilidade;
- IFRS 18 (CPC 26) Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras;
- IFRS 19 (CPC 33) Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

As normativas foram avaliadas pela Administração da Associação, não havendo impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para novos pronunciamentos emitidos e ainda não vigentes, a Administração aplicará a partir do momento em que forem aprovadas pela ANS, e para as aprovadas, a Administração vem fazendo acompanhamento, concluindo que não haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Associação, com exceção as alterações realizadas e ainda não vigentes no IFRS 18/CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo para a Associação.

4. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Disponível

31/12/2024 31/12/2023

Conta

Caixa	185.820,20	170.003,73
Banco Conta Depósito (a)	1.522.062,92	7.924.229,69
Total	<u>1.707.883,12</u>	<u>8.094.233,42</u>

a) O saldo financeiro disponível em banco conta depósito se destina ao pagamento das despesas operacionais diversas.

4.2. Aplicações financeiras

A composição das aplicações financeiras é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Tipo de Aplicação		
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	12.118.106,17	11.306.720,36
Cotas de fundos de investimentos dedicados à Saúde Suplementar (a)	6.355.377,16	5.715.428,26
Títulos Públicos Federais	5.762.729,01	5.591.292,10
Aplicações Livres	23.468.877,13	18.680.335,24
Depósitos a prazo - CDB/RDB	23.468.877,13	18.680.335,24
Total	<u>35.586.983,30</u>	<u>29.987.055,60</u>

a) A Associação mantém a constituição, vinculação e custódia de ativos garantidores das provisões técnicas de acordo com a RN 521/2022 e suas alterações posteriores. Em dezembro de 2024, o montante de ativos garantidores vinculados à ANS está garantindo os seguintes passivos: Provisão de Eventos a Liquidar avisados há mais de 30 dias para a operadora e Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados. Conforme previsto na RN 521/2022 da ANS e suas alterações posteriores, foram deduzidos os depósitos judiciais referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos.

Compõem o valor de provisões técnicas no Curto Prazo R\$ 22.080.366,01 em 31/12/2024 e R\$ 19.306.804,83 em 31/12/2023. No Longo Prazo R\$ 1.205.767,13 em 31/12/2024 e R\$ 1.135.002,56 em 31/12/2023.

Contas	31.12.2024	31.12.2023
Peona - Outros prestadores	5.342.948,17	4.774.937,28
Peona – SUS	403.055,00	224.192,92
PESL até 60 dias	8.669.656,65	7.111.682,02
PESL maior 60 dias	13.476,41	44.859,76
PESL SUS Parcelamento	-	34.716,49
PESL c/ Dep. Judicial	1.156.433,10	1.035.601,30
PESL SUS GRU vencidos em até 5 anos	2.833,25	-
PESL SUS GRU vencidos há mais de 5 anos	112.779,04	163.412,97

PESL SUS (%hc x ABI)	301.844,46	190.592,09
PPCNG	7.283.107,06	6.861.812,56
Total Provisões Técnicas	23.286.133,14	20.441.807,39
Passivo Circulante	22.080.366,01	19.306.804,83
Passivo Não Circulante	1.205.767,13	1.135.002,56
Total	23.286.133,14	20.441.807,39

Necessidade de lastro	31.12.2024	31.12.2023
Peona - Outros prestadores	5.342.948,17	4.774.937,28
Peona – SUS	403.055,00	224.192,92
PESL até 60 dias	8.669.656,65	7.111.682,02
PESL maior 60 dias	13.476,41	44.859,76
PESL SUS GRU vencidos em até 5 anos	2.833,25	-
Total	14.431.969,48	12.155.671,98

Sem necessidade de lastro	31.12.2024	31.12.2023
PESL SUS Parcelamento	-	34.716,49
PESL c/ Dep. Judicial	1.156.433,10	1.035.601,30
PESL SUS GRU vencidos há mais de 5 anos	112.779,04	163.412,97
PESL SUS (%hc x ABI)	301.844,46	190.592,09
PPCNG	7.283.107,06	6.861.812,56
Total	8.854.163,66	8.286.135,41

Vinculação do Ativo Garantidor

Para a parcela das provisões com necessidade de lastro a RN 521/2022 e suas alterações determina que uma parte dos ativos garantidores estejam vinculados à ANS conforme abaixo.

Provisão técnica com Necessidade de vinculação à ANS	31.12.2024	31.12.2023
Peona - Outros prestadores	5.342.948,17	4.774.937,28
Peona – SUS	403.055,00	224.192,92
PESL maior 60 dias	13.476,41	44.859,76
PESL SUS GRU vencidos em até 5 anos	2.833,25	-
Total	5.762.312,83	5.043.989,96

Provisão Técnica sem necessidade de vinculação à ANS	31.12.2024	31.12.2023
PESL até 60 dias	8.669.656,65	7.111.682,02
Total	8.669.656,65	7.111.682,02

Os ativos garantidores estão assim alocados:

	31.12.2024	31.12.2023
Total de Ativos Garantidores	15.004.500,07	14.133.400,45
Ativos Garantidores Vinculados	9.241.771,06	8.542.108,35
Cotas de fundos de investimentos dedicados à Saúde Suplementar	6.355.377,16	5.715.428,26
Imóvel Assistencial (até 20% do total de ativos garantidores)	2.886.393,90	2.826.680,09
Ativos Garantidores Não Vinculados	5.762.729,01	5.591.292,10
Títulos Públicos	5.762.729,01	5.591.292,10

i) As subvenções governamentais recebidas e não gastas são aplicadas em aplicações de curto prazo e alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

ii) As demais aplicações financeiras, livres de vinculação exigida pela ANS, estão representadas substancialmente por valores mantidos em títulos de renda fixa e fundos de investimento que priorizam a segurança e liquidez nos investimentos, tendo como premissa a aplicação desses recursos em Instituições de primeira linha.

iii) As aplicações financeiras e títulos de valores mobiliários referem-se a CDBs/CDI's e Fundos de Investimento aplicados em Instituições Financeiras de primeira linha, priorizando segurança e liquidez. Os CDBs/CDI's possuem cláusulas de resgate antecipado sem perda significativa do valor aplicado.

iv) Aplicações financeiras por faixa de vencimento:

Tipo de Aplicação	Até 3 meses	Até 12 meses	Até 60 meses
Depósitos a prazo - CDB/RDB	373.619,87	3.823.148,92	7.945.757,83
Contas de Poupança	3.122,34	-	-
Cotas de fundo de investimentos	11.408,68	-	-
Fundos Dedicados a Saude Suplementar	6.355.377,16	-	-
Títulos Públicos Federais	-	-	6.178.178,96
Depósitos a Prazo – RDC	-	-	10.896.369,54
Totais	6.743.528,05	3.823.148,92	25.020.306,33
TOTAL GERAL			35.586.983,30

5. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas		
Contraprestação Pecuniária a Receber		
Faturas a Receber - Coletivo (a)	11.860.677,12	10.946.836,59

(-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (Faturas a Receber - Coletivo) (c)	(616.760,47)	(409.058,85)
Faturas a Receber - Individual (a)	12.264.495,06	11.065.829,02
(-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (Faturas a Receber - Individual) (c)	(1.212.679,88)	(769.535,25)
Total Contraprestação Pecuniária a Receber	<u>22.295.731,83</u>	<u>20.834.071,51</u>
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados (b)	491.946,30	441.388,15
(-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (c)	<u>(241.240,92)</u>	<u>(203.643,39)</u>
Total Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados	<u>250.705,38</u>	<u>237.744,76</u>

a) Faturas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal, em contrapartida aos resultados de contraprestações efetivas de operação de planos de assistência à saúde.

Os saldos são assim compostos:

<u>Faturas a Receber (Coletivo)</u>	31/12/2024	31/12/2023
a vencer	9.063.261,93	8.353.045,28
Vencidos de 1 a 30 dias	2.024.338,35	2.087.029,93
Vencidos de 31 a 60 dias	166.270,61	123.706,80
Vencidos de 61 a 90 dias	33.816,01	46.621,54
Vencidos a mais de 90 dias	572.990,22	336.433,04
Total	11.860.677,12	10.946.836,59

<u>Faturas a Receber (Individual)</u>	31/12/2024	31/12/2023
a vencer	9.740.882,43	9.031.258,16
Vencidos de 1 a 30 dias	1.247.231,18	1.251.215,50
Vencidos de 31 a 60 dias	191.017,06	164.714,57
Vencidos de 61 a 90 dias	67.274,62	84.270,79
Vencidos a mais de 90 dias	1.018.089,77	534.370,00
Total	12.264.495,06	11.065.829,02

b) A contraprestação a receber referente a participação dos beneficiários em eventos indenizados refere-se à coparticipação de assistência médico-hospitalar e a eventuais reembolsos de gastos com atendimentos realizados pelos beneficiários.

Os saldos são assim compostos:

<u>Participações</u>	31/12/2024	31/12/2023
a vencer	200.878,81	166.116,66
Vencidos de 1 a 30 dias	30.691,71	57.947,25
Vencidos de 31 a 60 dias	23.516,01	16.246,22
Vencidos de 61 a 90 dias	9.588,61	6.679,18
Vencidos a mais de 90 dias	227.271,16	194.398,84
Total	491.946,30	441.388,15

c) As provisões para perdas de créditos são registradas em conformidade com as normas da ANS e constituída para fazer frente às possíveis perdas relativas aos créditos que a

Operadora estima que não irá receber. Nos planos individuais com preço pré-estabelecido em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada. Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.

6. CRÉDITO DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Contas	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a Receber Prest. Serviço Médico Hosp. (a)	17.840.389,76	16.080.974,24
(-) Provisões p/ Perdas s/ Créditos (b)	<u>(902.524,59)</u>	<u>(1.030.119,78)</u>
Total	<u>16.937.865,17</u>	<u>15.050.854,46</u>

a. O saldo é assim composto:

Contas	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Operadoras de Cartão de Crédito e Débito	1.090.059,65	870.797,03
Instituto de Previdência do Estado do RS – IPE	4.590.113,31	5.898.633,16
Sistema Único do Saúde – SUS	1.245.394,76	1.506.161,52
Créditos da Contratualização a Receber	5.329.166,48	4.473.924,13
Clientes Particulares a Receber	1.069.646,97	452.107,69
Convênios Empresas a Receber	4.118.967,67	2.542.544,75
Casa de Repouso a Receber	<u>397.040,92</u>	<u>336.805,96</u>
Total	<u>17.840.389,76</u>	<u>16.080.974,21</u>

b. Provisões para perdas sobre créditos dos serviços médico-hospitalares, elaborados conforme nota explicativa nº 3h(i). A idade de saldo das provisões está demonstrada no quadro a seguir:

Prazos	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	12.442.749,76	11.917.099,00
Vencidos de 1 a 90 dias	4.309.951,29	3.035.870,85
Vencidos de 91 a 180 dias (a)	367.208,76	562.199,26
Vencidos há mais de 181 dias	<u>720.480,95</u>	<u>565.805,10</u>
Total	<u>17.840.390,76</u>	<u>16.080.974,21</u>

a) Compõe o valor, R\$ 185.165,07 em 31/12/2024 (R\$ 97.884,58 em 31/12/2023) de créditos junto ao Instituto de Previdência do Estado do RS - IPE com vencimento entre 90 e 150 dias em nossos registros de contas a receber. O IPE audita os prontosuários de aproximadamente 30% das contas apresentadas. Para as contas selecionadas para auditoria, a autarquia nos concede prazo de 30 (trinta) dias para entrega das contas. Por

sua vez, a equipe de auditoria do mesmo tem prazo de 60 (sessenta) dias para revisar as referidas contas. Somente após este prazo, as contas iniciam a contagem de prazo de pagamento usual do IPE que é de 60 (sessenta) dias. Considerando que o prazo normal de vencimento deste convênio é de 60 (sessenta) dias e adicionados aos 90 (noventa) dias das contas em auditoria, o prazo total fica em 150 (cento e cinquenta) dias. Por este motivo, constituímos PPSC para estes créditos somente após este prazo em virtude de não estarem vencidos pela regra do convênio.

7. BENS E TÍTULOS A RECEBER

Contas	31/12/2024	31/12/2023
Estoques (a)	10.661.964,60	6.258.181,38
Adiantamentos	3.568.246,52	1.478.519,23
Títulos a Receber	3.471.933,26	2.818.713,51
Precatórios a Receber(b)	-	3.559.907,23
Outros Créditos ou Bens a Receber	344.183,22	168.282,90
TOTAL	18.046.327,60	14.283.604,22

a) Os estoques são compostos principalmente por materiais e medicamentos hospitalares. São demonstrados ao custo médio de aquisição. Estão localizados no Hospital Tacchini, no Hospital São Roque e na Casa de Repouso Elisa Tramontina.

b) Foi registrado em Precatórios a Receber no curto prazo, referente ao processo número 50020182820184047113 que foi movido pela Associação contra a União devido a diferença ocasionada pela incorreta conversão da tabela da Unidade Real de Valor (URV) para Reais (R\$) pelo Ministério da Saúde. O valor corresponde a parcela dos honorários advocatícios, que foi integralmente recebida em fevereiro de 2024.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Contas	31/12/2024	31/12/2023
Ressarcimento ao SUS	849.825,73	849.825,73
Fiscais - Tributos	287.055,33	48.376,44
Cíveis	297.980,75	92.404,49
Trabalhistas	110.930,84	108.865,32
Total	1.545.792,65	1.099.471,98

Depósitos judiciais em ações fiscais, tributárias, trabalhistas e cíveis os depósitos judiciais são realizados principalmente por determinação legal que permita à Associação seguir com recursos para continuidade da discussão processual.

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO

Valor referente a ganho de causas judiciais com trânsito em julgado, cujos precatórios já foram emitidos, conforme tabela abaixo:

Contas	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ganho de causa Conversão da Tabela SUS pela URV (a)	-	11.273.039,59
Ganho de causa Excedente de Teto de Alta Complexidade SUS (b)	-	7.252.056,33
Créditos em Cobrança Judicial	3.154.746,60	3.320.490,75
Recursos Glosas	683.458,42	256.862,59
(-) Provisão de Perdas sobre Créditos	(2.078.958,53)	(2.242.669,39)
Total	<u>1.759.246,49</u>	<u>19.859.779,87</u>

- a) Ação ajuizada pela Associação contra a União para assegurar o direito de reaver as diferenças dos repasses do SUS decorrentes da incorreta conversão da URV desde janeiro 1998 até a presente data. O processo transitou em julgado dos embargos à execução ou certidão de não oposição aos referidos em 16/03/2022, com a expedição do precatório federal número 5017304-69.2022.4.04.9388. Precatório foi recebido em 17/06/2024.
- b) Ação ajuizada pela Associação para cobrança contra a União dos valores que excederam os tetos mensais do SUS dos atendimentos ambulatoriais de alta complexidade em Oncologia e Nefrologia do período de 2011 a 2013. O processo transitou em julgado dos embargos à execução ou certidão de não oposição aos referidos em 17/12/2022, com a expedição do precatório federal número 5034303-63.2023.4.04.9388. O precatório foi recebido em 11/12/2024.

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER DE LONGO PRAZO

Valor referente a crédito decorrente de Termo Aditivo do Convênio de Parceria para implantação do curso de Medicina em Bento Gonçalves com a Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – Fundação UNIVATES, cuja finalidade é a garantia dos aportes realizados pela UNIVATES para esta Associação disponibilizar área física para o referido curso dentro de suas dependências, conforme NE 16; Passivo Não Circulante; Débitos Diversos; “b”.

11. IMOBILIZADO

Contas	31/12/2023	Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência	31/12/2024
Prédios (a)	102.287.898,45	29.851.730,00	-	(2.221.853,73)	1.035.319,39	130.953.094,12

Terrenos	7.399.701,61	-	-	-	(752.300,81)	6.647.400,80
Instalações	2.459.149,76	362.869,96	(946,04)	(321.423,84)	197.654,99	2.697.304,83
Equipamentos médicos	23.187.381,77	3.521.229,42	(652.065,88)	(4.206.741,62)	1.510.483,80	23.360.285,56
Equipamentos de informática	2.073.259,03	975.766,14	(13.484,28)	(965.941,14)	298.629,35	2.368.231,07
Móveis e utensílios	5.271.574,96	683.325,12	(27.272,98)	(653.153,51)	(1.390.751,74)	3.883.721,85
Veículos	93.555,88	29.000,00	(10.688,00)	(9.142,57)	-	102.725,31
Imobilizações em andamento (b)	16.043.768,33	11.139.740,87	(2.008.962,98)	-	(536.266,61)	24.638.279,61
Outras imobilizações	1.388.373,90	-	-	(30.493,11)	7.395,00	1.365.275,79
Direito de uso de arrendamentos (c)	3.017.338,46	711.687,86	(76.532,93)	(1.697.900,73)	(400.576,94)	1.554.015,72
TOTAL	163.222.002,15	47.275.349,37	(2.789.953,09)	(10.106.650,25)	30.413,57)	197.570.334,68
Contas	31/12/2022	Aquisições	Baixa	Depreciação	Transferência	31/12/2023
Prédios	31.440.357,61	-	-	(1.540.880,01)	72.388.420,85	102.287.898,45
Terrenos	10.087.917,39	2.371.141,95	(2.579,75)	-	(5.056.777,98)	7.399.701,61
Instalações	1.551.702,65	355.823,46	(25.507,84)	(244.403,12)	821.534,61	2.459.149,76
Equipamentos médicos	20.443.226,12	2.961.987,87	(636.790,57)	(3.975.234,59)	4.394.192,94	23.187.381,77
Equipamentos de informática	2.569.887,09	392.141,41	(4.717,81)	(884.051,66)	-	2.073.259,03
Móveis e utensílios	5.797.340,37	1.143.846,32	(15.166,17)	(712.386,55)	(942.059,01)	5.271.574,96
Veículos	71.428,73	25.365,00	-	(3.237,85)	-	93.555,88
Imobilizações em andamento (a)	57.191.203,07	31.564.335,47	(369.260,38)	-	(72.342.509,83)	16.043.768,33
Outras imobilizações	1.341.463,18	-	(0,09)	(36.140,99)	83.051,62	1.388.373,90
Direito de uso de arrendamentos (b)	4.414.534,52	290.415,50	(15.469,53)	(1.672.142,03)	-	3.017.338,46
TOTAL	134.909.060,73	39.105.056,98	(1.069.491,96)	(9.068.476,80)	(654.146,80)	163.222.002,15

- a) Conforme nota 16, a aquisição é uma doação com encargo de duas salas comerciais com área total de 2.520,594m² conforme escritura pública do Segundo Tabelionato de Bento Gonçalves, datada de 19 de dezembro de 2024.
- b) Em imobilizações em andamento estão reconhecidos os gastos com a obra em construção do Hospital do Tacchimed. Além do novo prédio de engenharias, que conterá a área de infraestrutura do hospital, como central de resíduos; chillers; subestação elétrica; entre outros. Em 2023 foram incorporadas a Prédios as seguintes áreas do Hospital do Tacchimed: estacionamento de cinco andares, no subsolo; *mall* com área de atendimento para os clientes do Tacchimed; posto de coleta de exames laboratoriais e bistrô alugado para um terceiro. Para os demais andares, a previsão de continuidade é a partir de 2026, com ativação de um andar a cada ano. Ademais, em

2023 foi realizada a incorporação da reforma do pronto socorro do Hospital Tacchini Carlos Barbosa no valor de R\$ 5 milhões.

c) Ativos de direito de uso:

<u>Descrições</u>	<u>Vida útil (anos)</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Edificações	3	3.383.193,25	2.362.949,04
Máquinas e equipamentos	2	3.026.181,76	4.074.385,73
Total do Custo de Aquisição		6.409.375,01	6.437.334,77
(-) Depreciação Acumulada		(4.855.359,29)	-3.419.996,31
Total		1.554.015,72	3.017.338,46

Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.414.534,52
Remensuração Contrato	232.112
(+) Novos contratos	58.303
(-) Encerramento contrato	15.470
(-) Depreciação	1.672.142,03
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.017.338,46
Remensuração Contrato	599.295,25
(+) Novos contratos	81.809,29
(-) Encerramento contrato	448.189,00
(-) Depreciação	1.696.238,28
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.554.015,72

12. INTANGÍVEL

Ativo intangível	31/12/2023	Aquisições	Baixa	Amortização	Transferência	31/12/2024
Sistema computação	2.403.141,06	499.616,32	-	(590.924,65)	30.413,55	2.342.246,31
Outros ativos Intangíveis	28.347,16	16.793,00	-	-	-	45.140,16
TOTAL	2.431.488,22	516.409,32	-	(590.924,65)	30.413,55	2.387.386,47

Ativo intangível	31/12/2022	Aquisições	Baixa	Amortização	Transferência	31/12/2023
Sistema computação	1.862.188,77	525.945,25	-	(639.139,76)	654.146,80	2.403.141,06
Outros ativos Intangíveis	24.042,16	4.305,00	-	-	-	28.347,16
TOTAL	1.886.230,93	530.250,25	-	(639.139,76)	654.146,80	2.431.488,22

13. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

São registradas observando o princípio de competência, lastreadas, quando exigido, por ativos garantidores vinculados em favor da ANS.

<u>Contas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
CIRCULANTE	22.080.366,01	19.306.804,83
Provisões de Eventos a Liquidar P/ SUS (a)	368.122,72	289.320,29
Provisões de Eventos a Liquidar Rede Credenciada (b)	8.683.133,06	7.156.541,78
Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados (c)	5.342.948,17	4.774.937,28
Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados SUS (d)	403.055,00	224.192,92
Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha (e)	7.283.107,06	6.861.812,56
NÃO CIRCULANTE	1.205.767,13	1.135.002,56
Provisões de Eventos a Liquidar P/SUS (f)	1.205.767,13	1.135.002,56

No passivo circulante são registradas:

(a) Provisões de eventos/sinistros a liquidar para SUS, que tem como objetivo reconhecer os valores de ressarcimento ao SUS por “eventos” ocorridos pelos beneficiários dos Planos de Saúde da Associação em unidades do SUS. Esta provisão é realizada com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI’s), observando-se os critérios definidos no manual contábil das operações do mercado de saúde complementar, considerando o percentual histórico de cobrança (%hc), somado ao montante total cobrado nas Guias de Recolhimento da União (GRU) emitidas.

(b) Provisão para garantia de eventos já ocorridos na rede credenciada, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à Associação.

(c) Refere-se à provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) comunicada à ANS formalmente no Termo de Responsabilidade Atuarial - TRA do 4º trimestre de 2024 e 2023, respectivamente.

(d) Refere-se a provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados sus (PEONA SUS), constituída a partir de metodologia da ANS disponibilizadas para todas as operadoras de saúde em seu site.

(e) PPCNG - Provisão de Prêmio/Contraprestação não ganha. Refere-se ao período de risco de cobertura contratual ainda não decorreu.

No passivo não circulante, o saldo encontra-se registrado:

(f) O valor de R\$ 1.205.767,13 (R\$ 1.135.002,56 em 31/12/2023) refere-se a provisão de eventos a liquidar para o SUS - Ação Judicial com Depósito Judicial, correspondente aos valores relacionados a ressarcimento ao SUS que foram objeto de processo judicial com exigência do depósito judicial do valor integral do débito.

14. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Estão assim demonstrados:

<u>Conta</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
--------------	-------------------	-------------------

INSS a Recolher	794.284,39	696.059,38
FGTS a Recolher	2.384.253,90	2.243.385,10
Imposto de Renda Retido de Funcionários	2.404.922,78	2.172.147,27
Imposto de Renda Retido de Terceiros	228.847,02	224.158,76
Contribuições Previdenciárias Retida de Terceiros	596.844,23	571.469,96
Imposto Sobre Serviço Retido na Fonte	3.419,38	20.106,32
Outros Tributos e Encargos a Recolher	148.063,53	137.680,87
Total	6.560.635,23	6.065.007,66

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Descrição	Circulante		Não - Circulante	
	2024	2023	2024	2023
Banco Cooperativo Sicredi (a)	466.367,66	-	1.856.888,73	-
Banco Cooperativo Sicredi (b)	115.365,22	112.604,25	96.137,68	187.673,75
Banco Cooperativo Sicredi (c)	283.120,75	281.666,67	424.681,13	563.333,33
Caixa Econômica Federal (d)	660.709,70	633.500,23	4.624.967,86	5.068.001,87
Caixa Econômica Federal (e)	3.086.729,06	2.952.508,74	6.173.458,11	8.857.526,21
Total	4.612.292,39	3.980.279,89	13.176.133,51	14.676.535,16

Os empréstimos e financiamentos estão registrados pelos valores contratuais, acrescidos de taxas de juros apropriados “*pro rata dia*”. Nos instrumentos contratuais com os credores não há cláusulas de *Covenants*. As condições contratuais de cada transação estão descritas a seguir:

a) empréstimo contraído em 28/05/2024, para aquisição de instrumental cirúrgico, em 60 parcelas, com vencimento inicial em 15/06/2025 e vencimento final em 15/05/2030. Encargos: encargos básicos de acordo com a remuneração acumulada da taxa referencial DI-Cetip Over (extra grupo) calculada e divulgada pela B3 com base nas operações de emissão de depósitos interfinanceiros, com adicional de taxa efetiva de 2,303978% a.a., capitalizados mensalmente, no vencimento, nas amortizações e na liquidação da dívida.

b) financiamento contraído em 29/09/2023 em 32 parcelas, através de BNDES/FINAME, para compra equipamento hospitalar, com vencimento inicial em 15/04/2024 e final em 15/09/2026. Os juros serão sobre a taxa anual de 13,44%, capitalizados mensalmente.

c) empréstimo contraído em 20 de dezembro de 2023 em 36 parcelas, sendo, o vencimento da primeira parcela 20/07/2024 e a última em 20/06/2027. Capital de Giro sem Destinação Específica. Os encargos básicos de acordo com a remuneração acumulada da taxa referencial DI-Cetip Over (extra grupo), com CDI + taxa efetiva de 2,426577% a.a., capitalizados mensalmente, no vencimento, nas amortizações e na liquidação da dívida.

d) empréstimo contraído em 21/12/2022, em 120 meses sem carência, com vencimento em 10/12/2032, através da linha Caixa Hospitais FGTS – Reestruturação Financeira. Incide encargos financeiros de 7,66% a.a. + TR e taxa de risco de crédito de 2,50% a.a.

e) empréstimo contraído em 21/12/2022, em 60 meses sem carência, com vencimento em 10/12/2027, através da linha Caixa Hospitais FGTS – Capital de Giro sem Destinação Específica. Incide encargos financeiros de 7,66% a.a. + TR e taxa de risco de crédito de 2,50% a.a. Está sendo utilizado para continuidade da fase 3 de obra em andamento do novo Hospital da Associação

16. DÉBITOS DIVERSOS

A Associação possui débitos de diversas naturezas. No curto prazo estão apresentados os seguintes débitos:

CONTAS CIRCULANTE	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Obrigações com Pessoal	6.385.095,91	6.047.555,39
Provisões de Férias	13.412.901,02	12.781.849,96
Outras Obrigações com Pessoal	<u>1.035.531,94</u>	<u>1.005.752,86</u>
Total de obrigações com Pessoal	<u>20.833.528,87</u>	<u>19.835.158,21</u>
Obrigações com Terceiros		
Fornecedores	21.035.554,52	23.315.009,06
Depósito Beneficiário e de Terceiro	410.380,47	457.629,77
Passivo de Arrendamento (a)	872.541,50	1.347.941,48
Subvenções Governamentais a Realizar	1.529.709,35	-
Outros débitos a pagar	<u>7.446.254,22</u>	<u>7.908.411,27</u>
Total de obrigações com terceiros	<u>31.294.440,06</u>	<u>33.028.991,58</u>
Total de débitos diversos no curto prazo	<u>52.127.968,93</u>	<u>52.864.149,79</u>
NÃO CIRCULANTE		
Débitos Diversos	59.464.723,35	31.512.080,22
Total de débitos diversos no longo prazo	59.464.723,35	31.512.080,22

O saldo por vencimento está assim distribuído:

<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	50.897.625,25	51.669.335,13
Vencidos de 0 a 30 dias	843.677,38	1.183.894,12
Vencidos há mais 30 dias	<u>386.666,30</u>	<u>10.920,54</u>
TOTAL	<u>52.127.968,93</u>	<u>52.864.149,79</u>

No longo prazo estão apresentados os seguintes débitos:

Conta	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores de Longo Prazo	117.800,00	413.300,00
Passivos de Arrendamentos (a)	436.058,10	856.008,27
Obrigações com terceiros (b)	<u>18.431.811,34</u>	<u>17.395.236,44</u>

Doação para investimentos (c)	<u>3.000.000,00</u>	<u>3.000.000,00</u>
Subvenções Governamentais a Realizar (d)	7.627.323,91	9.847.535,51
Doações de Investimentos (e)	29.851.730,00	-
TOTAL	<u>59.464.723,35</u>	<u>31.512.080,22</u>

a) Passivos de arrendamento.

Passivos de arrendamento

<u>Descrições</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Edificações	2024 - 2025	376.704,61	600.737,43
Máquinas e equipamentos	2024-2026	931.894,99	1.603.212,32
Total		<u>1.308.599,60</u>	<u>2.203.949,75</u>
Passivo circulante		872.541,50	1.347.941,48
Passivo não circulante		436.058,10	856.008,27
Total		<u>1.308.599,60</u>	<u>2.203.949,75</u>

b) Trata-se de aporte de R\$ 16.561.144,67, atualizado monetariamente pela SELIC até a data do balanço, realizado pela Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social - Fundação Univates para futura disponibilização pela Associação de uma área física de 1.933,13 m², localizado no segundo pavimento do prédio do Hospital Tacchimed conforme Convênio de Parceria para implantação do Curso de Medicina em Bento Gonçalves valor este que será convertido em antecipação de aluguéis quando da aprovação do respectivo curso. , . Também compõem o saldo, R\$ 1.870.666,67, a título de antecipação de aluguéis do estacionamento do Hospital do Tacchimed com a empresa Barossi Estacionamento Estacionamento Ltda, para o período de 6 anos a partir de maio de 2023.

c) Valor recebido de doador anônimo para aplicação exclusiva na construção do novo Hospital da Associação.

d) Os saldos das Subvenções Governamentais a Realizar (verbas públicas) remanescentes, estão assim demonstradas:

<u>Fonte do Recurso</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Convênio Ministério Saúde	6.550.139,91	8.657.864,95
Convênio Secretaria Estadual Saúde do RS	<u>1.077.184,00</u>	<u>1.189.670,56</u>
Total	<u>7.627.323,91</u>	<u>9.847.535,51</u>

No exercício de 2024, a Associação realizou captação e aplicou os recursos conforme demonstrado a seguir:

<u>Movimentação de Verbas Públicas</u>	<u>Valor – R\$</u>
Saldo em 31/12/2022	9.478.022,99
Captação de Recursos	1.763.522,73
Rendimento de Aplicação Financeira	29.480,04
Aplicação de Recurso	1.408.975,55
Devolução de Saldo Remanescente	<u>14.514,70</u>

Saldo em 31/12/2023	<u>9.847.535,51</u>
Captação de Recursos	905.420,00
Rendimento de Aplicação Financeira	10.210,23
Aplicação de Recurso	1.571.211,55
Devolução de Saldo Remanescente	34.920,93
Reclassificação para Curto Prazo	<u>1.529.709,35</u>
Saldo em 31/12/2024	<u>7.627.323,91</u>

- e) Trata-se de doação com encargo de duas salas comerciais com área total de 2.520,594m² conforme escritura pública do Segundo Tabelionato de Bento Gonçalves, datada de 19 de dezembro de 2024.

17. PROVISÕES

As provisões para ações judiciais seguem os critérios estabelecidos pelas normas contábeis, inclusive aquelas específicas do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Parte-se, portanto, do pressuposto de que toda obrigação judicial que envolva saída provável de recursos será provisionada e, portanto, reconhecida como passivo. Na classificação da contingência quanto a probabilidade de perda, com a segurança necessária, a Administração leva em consideração a robustez da tese alegada e das provas disponíveis, os fundamentos legais e contratuais aplicáveis, a jurisprudência predominante e/ou pacificada, resultados anteriores de processos semelhantes da Associação e, principalmente, a evolução negativa ou positiva do processo em análise (os valores provisionados são revisados a cada fase processual, conforme resultados de perícias, sentenças, acórdãos e fase de cálculos). Os saldos referentes a provisões para ações judiciais estão demonstrados conforme a natureza da matéria discutida:

Passivo não circulante

Contas	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para Contingências Trabalhista (a)	3.436.642,26	4.160.845,22
Provisão para Contingências Cíveis (b)	2.916.785,86	3.389.099,72
Provisão para Contingências Tributárias (c)	<u>287.034,94</u>	<u>48.376,44</u>
Total	<u>6.640.463,06</u>	<u>7.598.321,38</u>

- (a) Provisões para Contingências Trabalhistas: provisões referentes a ações judiciais movidas por ex-empregados da Associação, referente a pedidos de indenizações, principalmente, por Horas Extras, Adicional Noturno, Insalubridade e Verbas Rescisórias, com chance provável de perda;
- (b) Provisões para Contingências Cíveis: provisões referentes a ações judiciais cíveis, movidas por usuários dos planos de saúde da operadora e da rede própria hospitalar da Associação, referente a pedidos de indenizações, principalmente, por Danos materiais, Danos Morais, obrigação de fazer, obrigação de pagar e ressarcimentos;
- (c) Provisões para Contingências Tributárias: provisão referente a ações judiciais referente diferença de ICMS em decorrência das operações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CEEE.

A Associação também possui processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis, na opinião de seu assessor jurídico. Dessa forma, a Associação não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

Processos com Risco de Perda Possível

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Trabalhista:	48.179.572,50	33.493.290,23
Tributárias:	145.726,10	135.796,68
Cíveis:	<u>64.257.479,80</u>	<u>50.351.875,10</u>
Total	<u>112.582.778,40</u>	<u>73.980.962,01</u>

Em 31/12/2024 a Instituição mantém o total de 447 ações judiciais cíveis e trabalhistas (349 em 31/12/2023), com risco de perda possível.

Para as ações cíveis, informamos o total de 242 ações (195 em 31/12/2023), com valores possíveis de perda no montante de R\$ 64.257.479,80 (2023: R\$ 50.351.875,10), tendo maior recorrência os pedidos de indenização por danos materiais e morais, pensão mensal vitalícia, obrigação de fazer e não fazer, obrigação de pagar e ressarcimento de despesas.

Quanto às ações trabalhistas informamos o total de 205 ações (154 em 31/12/2023), com valores possíveis de perda na ordem R\$ 48.179.572,50 (2023: R\$ 33.493.290,23), com diversos pedidos, sendo os mais recorrentes os pedidos de pagamento de horas extras, adicional noturno, insalubridade, verbas rescisórias, multa do art. 477/CLT, seguro-desemprego, hora noturna reduzida e danos materiais e morais.

Os processos cíveis contemplam demandas de assuntos variados, considerando que estão aí elencadas demandas relacionadas aos hospitais e à operadora de plano de saúde Tacchimed.

As ações judiciais são monitoradas diariamente pela Coordenação Jurídica da Instituição, com apoio de escritórios especializados, havendo enorme zelo e dedicação em relação ao seu acompanhamento.

18. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Líquido é composto por absorção dos déficits e superávits de cada ano. É vedado à Associação distribuir seu superávit, devendo ser totalmente destinado à aplicação de recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais ou compensação de déficits.

<u>Contas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Patrimônio Social	132.336.987,43	123.086.215,21

19. CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS/PRÊMIOS GANHOS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Associação encerrou 2024 com um total de 61.643 beneficiários de plano de saúde (60.595 em 31 de dezembro de 2023).

Os faturamentos emitidos para cobertura dos planos de assistência médico/hospitalar, com cobertura pré-estabelecido e pós-estabelecido, em 31 de dezembro de 2024, estão divididos da seguinte forma:

Contas	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cobertura assistencial c/ preço pré-estabelecido Méd. Hosp.	298.603.417,49	275.484.842,35
(-) Contraprestações Canceladas, Restituídas ou Incobráveis	(1.167.349,46)	(1.767.445,46)
Varição das Provisões Técnicas sobre Contraprestações	<u>2.213,28</u>	<u>36.949,78</u>
Total	<u>297.438.281,31</u>	<u>273.754.346,67</u>

20. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS/SINISTROS RETIDOS

São registrados os eventos indenizáveis conhecidos e avisados, com preço pré-estabelecido de assistência médico-hospitalar, consultas, terapias, exames, internações e outros atendimentos. O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário.

Modalidade de Pagamento	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Modalidade Pré-estabelecido		
Eventos conhecidos ou avisados de assistência médico-hosp.	225.980.925,50	207.066.596,48
Eventos conhecidos ou avisados de assistência médico-hosp. Sistema Único de Saúde – SUS	548.112,84	620.318,88
Varição de Provisão Eventos Ocorridos e Não Avisados (a)	<u>746.872,97</u>	<u>654.802,15</u>
TOTAL	<u>227.275.911,31</u>	<u>208.341.717,51</u>

(a) A Associação constitui provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados - PEONA em atendimento à obrigatoriedade determinada pela ANS por meio do art. 3º da RN nº 274/2023, evidenciando mensalmente sua variação através de cálculo atuarial realizado por empresa independente., conforme demonstrado acima na Nota Explicativa 12 – Provisões Técnicas de Operação de Assistência à Saúde, item “c”.

Em relação a utilização da rede de assistência as despesas com eventos estão distribuídas de seguinte forma:

<u>Tipo de Pagamento</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
	<u>Pré</u>	<u>Pré</u>
Rede própria	127.659.947,47	114.013.034,99
Rede Contratada	96.247.324,82	90.661.573,22
Reembolso	2.073.653,21	2.391.988,27
SUS	<u>548.112,84</u>	<u>620.318,88</u>

TOTAL	<u>226.529.038,34</u>	<u>207.686.915,36</u>
-------	-----------------------	-----------------------

21. RECEITA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADA COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Registram-se nestas contas as receitas de convênios e parcerias firmadas com empresas públicas e privadas, hospitalar e odontológico, atendimentos particulares, atendimentos aos beneficiários do sistema único de saúde (SUS) e receitas com incentivos governamentais obtidos por meio de captação de recursos públicos e aplicados nas atividades de saúde da Associação.

As receitas podem ser assim demonstradas:

Contas	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita com Operações de Assist. Méd. Hospitalar	70.484.874,06	62.787.015,80
Receita com Operações de Assist. Méd. Hosp. SUS	79.913.156,60	73.156.338,96
Outras Receitas Operacionais Méd. Hospitalar (a)	<u>2.006.933,31</u>	<u>4.251.290,89</u>
Total	<u>152.404.963,97</u>	<u>140.194.645,65</u>

(a) As outras receitas operacionais estão assim demonstradas:

Contas	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
RECEITA COM DOACOES (Numerários e Bens)	462.004,14	2.350.719,31
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	291.353,39	353.729,79
RECEITAS COM ESTUDOS E PROJETOS	1.186.275,41	1.508.887,99
OUTRAS RECEITAS	<u>67.300,37</u>	<u>37.953,80</u>
Total	<u>2.006.933,31</u>	<u>4.251.290,89</u>

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Contas	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas c/ operações de assist. Méd. Hospitalar (a)	<u>193.720.716,32</u>	<u>178.879.042,74</u>

(a) Registram-se nestas contas as despesas decorrentes de serviços prestados de assistência médico-hospitalares não relacionadas com a operação de planos de assistência à saúde da Associação, sendo substancialmente, despesas com pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, manutenção, depreciação e amortização de ativos imobilizados e intangíveis, consumo de materiais, medicamentos e outros.

As despesas com operação de Assistência Médica Hospitalar estão assim demonstradas:

<u>Contas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
---------------	-------------------	-------------------

Despesas com Prestação de Serviços - Hospitalar	67.057.372,13	64.650.706,66
Despesas com Prestação de Serviços - Ambulatorial	29.592.909,64	20.244.121,56
Despesas com Prestação de Serviços - Outros	96.953.042,23	93.974.341,48
Prov. Sobre Créditos Não Relacionados Plano Saúde	113.592,11	-
Outras Despesas Operacionais	3.800,21	9.873,04
	<u>193.720.716,32</u>	<u>178.879.042,74</u>

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Registram-se nesta conta os gastos incorridos pela área administrativa da Associação, relacionados com a operação dos planos de saúde, de acordo com a RN 528/2022.

Abaixo, encontram-se as despesas administrativas, conforme plano de contas ANS:

Contas	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas com pessoal próprio	11.946.298,28	10.780.133,14
Despesas com serviços de terceiros	6.062.913,59	5.393.919,82
Despesas com localização e funcionamento	3.751.385,10	2.801.600,74
Despesas com publicidade e propaganda institucional	2.319,60	1.107,60
Despesas com tributos	19.674,83	3.696,74
Despesas administrativas diversas	3.144.830,80	1.686.933,90
Total	<u>24.927.422,20</u>	<u>20.667.391,94</u>

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) As receitas financeiras da Associação são assim demonstradas:

Contas	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas com aplicações financeiras	3.710.863,83	5.105.482,88
Receitas com juros e multas sobre contraprestações	506.125,06	524.478,59
Outras Receitas Financeiras (i)	2.109.248,06	2.695.165,51
Total	<u>6.326.236,95</u>	<u>8.325.126,98</u>

(i) Em 2023 foi contabilizada nesta conta a atualização monetária dos Precatórios da União a Receber no valor de R\$ 2.151.343,20. Já em 2024 foi reconhecido R\$ 427.107,67 destes mesmos créditos e R\$ 1.220.367,76 da atualização do contrato de parceria para implantação do curso de medicina com a UNIVATES.

b) As despesas financeiras da Associação são assim demonstradas:

Contas	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com Empréstimos e Financiamentos	312.758,30	4.599,56
Outras Despesas Financeiras	597.154,21	751.130,21
Atualização Monetária (a)	1.620.852,08	1.948.821,47
Juros	1.294.188,77	2.212.930,53
Total	3.824.953,36	4.917.581,77

a) Foi registrado em atualização monetária, o valor correspondente a correção do Aporte do Contrato em parceria com a Univates no valor de R\$ 1.620.852,08.

25. FILANTROPIA

Segundo a Lei Complementar 187/2021, regulamentada pelo Decreto 11.791/2023 para a entidade ser certificada como entidade beneficente pela prestação de serviços ao SUS ela deverá:

- I. Celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor SUS; e
- II. Comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo e 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados.

Dessa forma, a Associação apresenta de forma consolidada os atendimentos realizados. Durante o exercício de 2024, foram prestados atendimentos aos pacientes SUS (Sistema Único de Saúde) pela Associação, medido por paciente/dia mais atendimentos ambulatoriais conforme critério da filantropia. Também adicionado ao percentual de prestação de serviços ao SUS, 1,5% para cada programa e estratégia prioritária do Ministério da Saúde, as quais a Associação aderiu. São elas:

I - Atenção obstétrica e neonatal;

II - Atenção oncológica;

III - atenção às urgências e emergências e

IV - Atendimentos voltados a pessoas com transtornos mentais e transtornos decorrentes do abuso ou dependência de álcool, crack e outras drogas.

Em 2024, a Associação alcançou um percentual de 67,11% (67,44% em 2023), conforme mapas estatísticos arquivados na Administração da associação; percentual este superior ao mínimo obrigatório de 60%.

A comprovação do atendimento mínimo de 60% aos Usuários do SUS, conforme o disposto nos normativos legais acima citados, estão contemplados de acordo com o quadro abaixo:

Exercício Item	2024	2023
	Percentual SUS	Percentual SUS
1. Internações (Paciente-dia)	51,11%	51,44%
2. Ambulatório (Limitado Legalmente a 10%)	10,00%	10,00%
3. Programas e estratégias prioritárias (Art. 159 Portaria de Consolidação nº 01/2017). Disponibilização ao SUS de:		
I - Atenção Obstétrica e Neonatal	1,50%	1,50%
II - Atenção Oncológica	1,50%	1,50%
III - Atenção às Urgências e Emergências	1,50%	1,50%
IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas	1,50%	1,50%
TOTAL DE SERVIÇOS AO SUS	67,11%	67,44%

26. DAS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

A Associação é imune de contribuições sociais, conforme fundamento legal explanado na Nota explicativa nº 1.1, acima. A composição do valor usufruído está assim demonstrada:

Contas	31.12.2024	31.12.2023
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	6.878.638,01	9.250.772,22
INSS Cota Patronal	-36.850.438,53	-33.630.345,87
Cofins	-13.810.737,58	-12.721.795,06
PIS s/ Folha de Pagamento	-1.294.429,03	-1.177.374,58
CSLL	-5.472.903,50	-1.177.374,58
Déficit do exercício caso a Instituição não usufruísse das imunidades	-50.549.870,64	-43.364.019,46

27. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - MODELO ITG 2002 (R1)

Abaixo encontra-se demonstrativo de resultado do exercício, conforme Modelo ITG 2002 (R1):

Contas	31.12.2024	31.12.2023
RECEITAS OPERACIONAIS	456.173.091,76	422.334.818,45
Com Restrição	1.571.211,55	1.408.975,55
Programa (Atividades) de Saúde	1.571.211,55	1.408.975,55
Sem Restrição	454.601.880,21	420.925.842,90
Receitas de Serviços Prestados	447.812.673,06	410.103.430,03
Contribuições e Doações Voluntárias	462.004,14	2.350.719,31
Ganhos na Venda de Bens	966,06	146.566,58
Receitas financeiras	6.326.236,95	8.325.126,98
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	-422.050.008,96	-388.881.334,39
Com Programas (Atividades)	-422.050.008,96	-388.881.334,39
Saúde	-422.050.008,96	-388.881.334,39
RESULTADO BRUTO	34.123.082,80	33.453.484,06
DESPESAS OPERACIONAIS	-27.244.444,79	-24.202.711,84
Administrativas	-24.980.078,57	-20.854.057,43
Salários	-9.595.297,75	-8.728.338,61
Encargos Sociais	-2.350.968,37	-2.051.794,53
Impostos e Taxas	-19.674,83	-3.696,74
Aluguéis	-249.930,89	-211.333,11
Serviços Gerais	-10.070.478,77	-7.760.954,14

Manutenção	-101.729,34	-56.047,50
Depreciação e Amortização	-2.539.342,25	-1.855.227,31
Perdas Diversas	-52.656,37	-186.665,49
Outras despesas/receitas operacionais	-2.264.366,22	-3.348.654,41
Receitas Patrimoniais	4.190.650,53	3.766.101,47
Despesas de Comercialização	-2.630.063,39	-2.197.174,11
Despesas Financeiras	-3.824.953,36	-4.917.581,77
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	6.878.638,01	9.250.772,22

28. CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

A Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS exige que as operadoras de planos de saúde apresentem a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto. Nestes casos, a legislação vigente determina que se destaque a conciliação do superávit (déficit) na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

<u>Exercícios findos em:</u>	31/12/2024	31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	6.878.638,01	9.250.772,22
(+) Depreciações e Amortizações	10.697.574,90	9.746.514,75
(+) PPSC + Perdas + baixa Dep. Judiciais	548.896,72	1.239.920,12
(-) Variações Monetárias Ativas	(1.748.219,09)	(356.846,06)
<u>Lucro Líquido Ajustado</u>	<u>16.376.890,54</u>	<u>19.880.361,03</u>
Variação nas Aplicações Financeiras	(5.599.928,06)	(4.836.712,07)
Variação nos Créditos Operacionais	(1.474.620,94)	(2.025.969,76)
Variação Créditos não vinculados Plano. Saúde	(1.887.010,71)	(2.065.420,82)
Variação Créditos tributários	(166.564,69)	-
Variação em Bens e Títulos a Receber	(3.762.723,38)	(1.728.619,82)
Variação em Despesas Antecipadas	(86.507,22)	(60.393,32)
Variação do ARLP	5.160.805,36	1.294.512,13
Variação Provisões Técnicas	2.773.561,18	306.376,53
Variação Débitos Operações Assistência à Saúde	296.153,09	112.582,45
Variação Tributos e Encargos Sociais a Recolher	495.627,57	662.401,51
Variação Débitos Diversos	(1.438.425,77)	4.237.714,28
Variação Provisões Técnicas - PNC	70.764,57	632.847,88
Variação Débitos Diversos – PNC	(2.319.037,04)	7.856.774,59
<u>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>	<u>8.438.984,50</u>	<u>24.266.454,61</u>

29. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

29.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Associação expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Associação.

A gestão de risco financeira é realizada pela Superintendência Executiva e Coordenação Finanças, e aprovada pelo Comitê de Finanças e Conselho de Administração. A Superintendência Executiva e Coordenação de Finanças analisam e recomendam instituições financeiras com baixo risco, utilizando o mesmo critério para recomendar ativos financeiros. O Comitê de Finanças e o Conselho de Administração, mediante os estudos apresentados definem parâmetros para concentração das operações financeiras por Associação e papel, como forma de proteção do caixa.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e de créditos decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares não relacionados aos planos de saúde da Operadora. A Superintendência Executiva e Coordenação de Finanças avaliam a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, sua experiência passada e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário ou débito em conta corrente.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Superintendência Executiva e Coordenação de Finanças. O gerenciamento do fluxo de caixa visa monitorar as previsões contínuas das exigências de liquidez da Associação para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, bem como, constituir as exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS.

A Associação investe o excesso de caixa gerado em papéis do mercado financeiro, alocando em ativos de acordo com a política de tesouraria já estabelecida, garantindo liquidez para o cumprimento das obrigações da Associação.

(c) Risco de mercado

O risco de taxa de juros da Associação decorre, principalmente, do seu volume de aplicações financeiras. Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Associação.

A política da Associação é de (a) garantir com aplicações financeiras as provisões técnicas exigidas pela agência reguladora, vinculando-as em favor da ANS nos termos da Resolução Normativa nº 419/2016 e suas alterações, e (b) aplicar o excedente no mercado financeiro, buscando as melhores taxas de mercado nas instituições financeiras.

28.2. Gestão de capital

Os objetivos da Associação ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Associação para oferecer benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de

2024 a Associação possui, aproximadamente, 12% (2023: 14%) do seu ativo total registrado como disponível e aplicações financeiras.

28.3. Estimativa do valor justo

Em função de suas características e prazos, a Administração acredita que o valor justo dos ativos e passivos financeiros da Associação em 31 de dezembro de 2024 se aproxima do valor contábil, portanto não efetuou uma divulgação separada para o valor justo.

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Associação está segurada em apólice que mantém Cobertura de seguro em valores considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. Sua cobertura é de 25 de agosto de 2024 até 25 de agosto de 2025 e abrange os valores em riscos declarados de todas as unidades, que totalizam o montante de R\$ 500 milhões para danos materiais e R\$ 250 milhões de lucros cessantes.

31. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA

No exercício de 2024 a Associação teve operações de investimentos que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa, referente ao recebimento de doação de duas salas comerciais com área total de 2.520,594m² conforme escritura pública do Segundo Tabelionato de Bento Gonçalves, datada de 19 de dezembro de 2024. O efeito nas demonstrações financeiras está descrito na tabela a seguir:

Contas	ATIVO	PASSIVO
Ativo Imobilizado – Prédios	29.851.730,00	-
Passivo Não-Circulantes – Débitos Diversos	-	29.851.730,00